

DAE S.A. – ÁGUA E ESGOTO

CNPJ 03.582.243/0001-73

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Srs. Acionistas: Conforme disposições legais e estatutárias, apresentamos as Demonstrações Contábeis, incluindo Notas Explicativas, e o Parecer dos Auditores Independentes, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

ATIVOS	NOTA	2013	2012	PASSIVOS	NOTA	2013	2012
Caixa e equivalentes de caixa	4	10,675	2,897	Empréstimos e financiamentos	12	1,257	1,216
Investimentos financeiros	5	287	529	Fornecedores	13	2,237	2,943
Contas a receber	6	21,382	24,330	Concessionária de tratamento de esgoto	14	4,140	3,867
Estoques	7	10,882	5,654	Cauções de fornecedores	-	300	571
Impostos e contribuições a recuperar	8	798	1,681	Obrigações fiscais	15	1,267	1,193
Outros créditos	-	374	356	Obrigações trabalhistas e encargos sociais	16	4,516	4,004
Despesas diferidas	-	83	59	Adiantamento clientes projeto CERJU	17	298	334
Total do ativo circulante	-	44,481	35,506	Outras obrigações	18	1,780	1,355
Contas a receber	6	1,358	1,417	Total do passivo circulante	-	15,795	15,483
Ativo fiscal diferido	9	3,913	2,970	Empréstimos e financiamentos	12	9,935	10,749
Depósitos judiciais	19	2,606	2,623	Crédito vinculado - Parque dos Ingás	19	1,147	1,147
Impostos e contribuições a recuperar	8	253	329	Recursos de terceiros para investimentos	20	1,636	1,039
Outros Créditos	-	202	192	Adiantamento clientes projeto CERJU	17	6,500	6,500
Total do realizável a longo prazo	-	8,332	7,531	Provisões para processos judiciais	21	5,957	7,158
Investimentos	10	3,305	3,305	Partes relacionadas	22	470	493
Imobilizado e intangíveis	11	224,115	223,006	Total do passivo não circulante	-	25,645	27,086
Total do ativo não circulante	-	235,752	233,842	Capital social	23	207,715	207,715
Total do ativo	-	280,233	269,348	Reservas de lucros	-	31,078	19,064
				Total do patrimônio líquido	-	238,793	226,779
				Total do passivo	-	41,440	42,569
				Total do passivo e do patrimônio líquido	-	280,233	269,348

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em Milhares de Reais)

	Reservas de lucros			Total	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	Capital Social	Reserva legal	Reserva de lucro a destinar			
Saldo em 31 de dezembro de 2011	207,715	45	7,259	7,304	-	215,019
Constituição de reserva legal	-	923	-	923	(923)	-
Lucro líquido no exercício	-	-	-	-	11,760	11,760
Transferência para reserva de lucro	-	-	10,837	10,837	(10,837)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	207,715	968	18,096	19,064	-	226,779
Constituição de reserva legal	-	600	-	600	(600)	-
Lucro líquido no exercício	-	-	-	-	12,014	12,014
Transferência para reserva de lucro	-	-	11,414	11,414	(11,414)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	207,715	1,568	29,510	31,078	-	238,793

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

ATIVIDADES OPERACIONAIS: A Companhia foi constituída em 21 de dezembro de 1999, com base na Lei Municipal n.º 5.307 de 5 de outubro de 1999. Em 27 de julho de 2000, tendo sido vertido o montante de R\$ 170.516, relativo a parte do acervo líquido apurado com base em laudo de avaliação na data-base de 31 de dezembro de 1999, da autarquia Departamento de Águas e Esgoto - DAE, da Prefeitura do Município Jundiá. A atividade operacional da Companhia teve início em 01 de janeiro de 2000. A Companhia tem por objetivo:

- Estudar, projetar e executar, diretamente ou mediante contrato com organizações especializadas, as obras relativas a construção, ampliação e remodelação dos sistemas públicos de abastecimento de água e esgotos do Município de Jundiá;
- Operar, manter, conservar e explorar diretamente os serviços de água e, direta ou indiretamente, os serviços de esgotos sanitários do Município de Jundiá;
- Exercer quaisquer outras atividades relacionadas com os sistemas de água e esgotos, compatíveis com as leis gerais e especiais do Município de Jundiá;
- Promover e realizar todas as atividades correlatas e complementares de sua atividade específica; e,
- Participar de outras sociedades que realizem os mesmos serviços em outros municípios ou estados, na qualidade de acionista ou quotista, visando ampliar sua área de atuação e podendo, também, participar de licitação, inclusive em consórcio com outras empresas, para contratação como concessionária destes serviços.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC): As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 17 de abril de 2014.

b. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R\$), moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 6 - Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa
 - Nota explicativa 9 - Imposto de renda e contribuição social diferidos
 - Nota explicativa 11 - Imobilizado e intangíveis
 - Nota explicativa 21 - Provisões para processos judiciais
- As informações sobre incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:
- Nota explicativa 6 - Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa
 - Nota explicativa 9 - Imposto de renda e contribuição social diferidos
 - Nota explicativa 11 - Imobilizado e intangíveis
 - Nota explicativa 21 - Provisões para processos judiciais

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia, nos dois exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Transações em moeda estrangeira: Transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional da Companhia pela taxa correspondente nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no início do exercício, ajustado pela taxa e pagamentos efetivos durante o período e o valor de custo amortizado na moeda estrangeira, convertido pela taxa correspondente ao final do exercício.

Ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira que são mensurados ao valor justo são convertidos para a moeda funcional da Companhia na taxa correspondente ao fechamento do exercício que o valor justo foi determinado. Diferenças em moedas estrangeiras decorrentes da conversão são reconhecidas diretamente no resultado do exercício. Itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico

em uma moeda estrangeira são convertidos utilizando-se a taxa da data da transação.

Nos exercícios de 2012 e 2013 não houve operações em moeda estrangeira.

b. Instrumentos financeiros

b.1 Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado são reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b.2 Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, os custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo e suas flutuações são reconhecidas no resultado do exercício.

b.3 Ativos financeiros mantidos até o vencimento: São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, e são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável. Eventual venda ou reclassificação de valor maior que irrisório de investimentos mantidos até o vencimento que não estejam próximos de vencimento poderia resultar na reclassificação de todos os investimentos mantidos até o vencimento como disponíveis para venda e impedir a classificação de títulos de investimentos como os mantidos até o vencimento para o exercício corrente e os próximos dois exercícios financeiros.

b.4 Empréstimos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de acordos de concessão de serviços.

Ativos circulantes e não circulantes

c. Caixa e equivalentes de caixa: Incluem os saldos em caixa, depósitos bancários à vista em contas correntes e aplicações financeiras de curto prazo, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data do balanço, ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado.

d. Contas a receber de clientes: As contas a receber dos usuários dos serviços de fornecimento de água e saneamento são avaliadas pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço e incluem, também, créditos por serviços prestados e não faturados até a data do balanço, valores a receber de uso da rede. Quando aplicável, as contas a receber de clientes são ajustadas ao valor presente, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

O cálculo do valor presente, quando cabível, é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente do contas a receber é a receita bruta, no resultado do exercício. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerada receita financeira, apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

e. Imobilizado

e.1 Reconhecimento e mensuração: Os itens do ativo imobilizado são mensurados ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, e da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor

Demonstrações de resultados (Em Milhares de Reais)

	NOTA	2013	2012
Receita operacional líquida	24	176,439	165,478
Custo dos serviços prestados	25	(105,819)	(104,119)
Lucro operacional bruto		70,620	61,359
Despesas operacionais			
Administrativas e comerciais	26	(53,535)	(46,459)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	27	(211)	1,468
		(53,746)	(44,991)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos	-	16,874	16,368
Resultado financeiro, líquido	28	1,294	1,309
Resultado antes dos impostos	-	18,168	17,677
Imposto de renda e contribuição social - corrente	29	(7,097)	(6,749)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	9	943	832
Lucro líquido do exercício	-	12,014	11,760
Resultado por ação básico e diluído (em R\$)	-	0,058	0,057

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes (Em Milhares de Reais)

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	12,014	11,760
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	12,014	11,760

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa (Em milhares de Reais)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2013	2012
Lucro líquido do exercício	12,014	11,760
Ajustes que não representam entrada ou saída de caixa:		
Depreciação e amortização	10,427	10,147
Custo residual de ativo imobilizado baixado	910	987
Juros e variações cambiais apropriados s/ empréstimo	42	36
Provisão e reversões	5,568	418
	16,947	11,588

Varição em ativos e passivos:

Contas a receber	(3,763)	(5,599)
Outros recebíveis	(30)	(9)
Estoques	(5,228)	1,223
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	488	533
Despesas diferidas e impostos	(967)	(125)
Fornecedores	(706)	297
Impostos a pagar	6,793	6,041
Outros ativos e passivos	1,965	379
Imposto de renda e contribuição social pagos	(6,719)	(6,568)
	(8,167)	(3,828)

Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais

20,794 **19,520**

Fluxo de caixa de atividades de investimentos

Adição de imobilizado (12,443) (30,190)

Varição de investimentos, poupanças e cauções 242 (139)

Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento

(12,201) **(30,329)**

Fluxo de caixa de atividades de financiamento

Captação de empréstimos e financiamentos 74 -

Pagamento de juros e variações monetárias (889) (1,567)

Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento

(815) **(1,567)**

Caixa gerado (aplicado) no exercício

7,778 **(12,376)**

Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício

2,897 **15,273**

Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício

10,675 **2,897**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

recuperável (impairment), quando aplicável.

Os custos de itens registrados no ativo imobilizado incluem todos aqueles que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou formação do ativo. Os custos de ativos construídos pela própria Companhia incluem o custo de materiais e de salários de funcionários diretamente envolvidos nos projetos de construção ou formação desses ativos. Inclui também quaisquer outros custos diretamente atribuíveis ao ativo até que o mesmo esteja em condições de ser utilizado para seus fins previstos pela Companhia, que incluem custos de desmobilização de itens do ativo e de restauração de sites nos quais estes ativos estejam instalados, e custos de empréstimos em ativos qualificáveis.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do ativo imobilizado tem vidas significativamente diferentes, essas partes constituem itens individualizados e são contabilizadas e controladas separadamente, inclusive para fins de depreciação.

Ganhos e perdas na alienação de um item de ativo são originados pela diferença apurada na confrontação do valor de alienação com o valor líquido resultante do valor de custo deduzido do valor residual e da depreciação acumulada deste ativo, e são reconhecidos pelo valor líquido desta diferença diretamente no resultado do exercício.

e.2 Custos subsequentes: Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

e.3 Depreciação: A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear, o qual reflete mais adequadamente o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas para os exercícios comparativos são:

	Vida útil média em anos	
	2013	2012
Edifícios e benfeitorias	25	25
Redes de Água e Esgoto	25	25
Máquinas e equipamentos	12,5	12,5
Móveis e Utensílios	10	10
Equipamentos de Informática	5	5
Veículos de passeio e carga	5	5
Veículos especiais e Tratores	4	4
Motocicletas	4	4

As vidas úteis são utilizadas de acordo com a tabela fiscal da Receita Federal do Brasil.

f. Arrendamento mercantil: Os contratos de arrendamento mercantil financeiro, quando existentes, são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo de empréstimos e financiamentos, pelo menor entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato e o valor justo do ativo, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os montantes registrados no ativo imobilizado

Continuação →

são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil econômica estimada dos bens e a duração prevista do contrato de arrendamento. Os juros de empréstimos e financiamentos são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa efetiva de juros. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a Companhia não possuía contratos de arrendamento mercantil financeiro e nem operacional

g. Intangível

Softwares: As licenças de programas de computador ("softwares") e de sistemas de gestão empresarial adquiridas são mensuradas pelo seu valor de custo. Os gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial são capitalizados como ativo intangível quando é provável que os benefícios econômicos futuros por ele gerados sejam superiores ao seu respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica.

Gastos subsequentes: Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização: Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados com base na sua utilização efetiva ou em método que reflita o benefício econômico do ativo correspondente. A amortização é calculada sobre o valor de custo deste ativo intangível, ou sobre outro valor que substitua o valor de custo, menos o valor residual deste ativo intangível. As amortizações são reconhecidas no resultado do exercício através do método linear, com base na vida útil estimada dos ativos. As vidas úteis estimadas dos ativos intangíveis para os exercícios comparativos são:

Vida útil média em anos	
2013	2012
5	5

Sistemas de informação

h. Redução ao valor recuperável (impairment)

Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis): Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições que consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes é constituída tendo por base o histórico de perdas que geralmente representam os créditos vencidos há mais de 60 dias, considerados pela Administração como de improvável recuperação.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado: A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa ("UGC") exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas, se aplicável, são contabilizadas como outras despesas operacionais.

Passivos circulante e não circulante: Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando existentes, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, calculados transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida do ajuste a valor presente é a conta de resultado que deu origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado no prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

i. Provisões: Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou construtiva como resultado de um evento passado que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

j. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como custos ou despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

k. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas à posição fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar os seus julgamentos quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma Companhia sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

l. Subvenções Governamentais: Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receitas diferidas pelo seu valor justo, quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção e são posteriormente reconhecidas no resultado como outras receitas, em uma base sistemática no período de vida útil do ativo.

As subvenções recebidas do Estado pela Companhia possuem em contrato cláusulas de obrigação de execução da obra que se referem, sendo registradas como obrigações e após o aceite da obra será reconhecida em resultado.

m. Reconhecimento de receitas: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

Venda de serviços: As receitas relativas aos serviços de fornecimento de água e saneamento são contabilizadas pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço e se compõem de tarifas de utilização de água e um percentual desta tarifa correspondente aos serviços de saneamento. Todos os serviços são faturados mensalmente de acordo com medição realizada pelos sistemas operacionais que identificam as informações para reconhecimento contábil e apropriação aos devidos componentes da receita.

n. Receitas e despesas financeiras: Receitas financeiras compreendem juros sobre investimentos realizados pela Companhia (incluindo aplicações financeiras), ajustes ao valor presente de ativos financeiros, alterações no valor justo de ativos financeiros avaliados a valor justo através do resultado, e ganhos em instrumentos financeiros derivativos. Despesas financeiras compreendem despesas com juros e atualizações monetárias de financiamentos, alterações no valor justo de ativos financeiros ao valor justo através do resultado, perdas por ajuste ao valor recuperável de ativos financeiros ("impairment") que são reconhecidos no resultado do exercício, quando aplicáveis. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são reconhecidos no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência.

o. Determinação do valor justo: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Outros passivos financeiros não derivativos: O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

p. Novas normas e interpretações emitidas ainda não em vigor

Medida Provisória nº 627
Em 11 de novembro de 2013 foi emitida a Medida Provisória "MP 627" que, entre outras alterações na legislação tributária federal, revoga o Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009.

A Administração da Companhia realizou uma avaliação inicial das distorções contidas na Medida Provisória e Instrução Normativa 1397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN 1422 de 19 de dezembro de 2013 ("IN 1397"). Embora a MP 627 entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irrevogável) pela sua aplicação a partir de 1º de Janeiro de 2014. Até o momento da emissão das presentes demonstrações financeiras a Administração ainda não havia concluído se irá ou não optar pela adoção antecipada. De acordo com a análise da administração e de seus consultores, caso seja feita a opção pela adoção antecipada, não há riscos relacionados à tributação.

Novas normas e interpretações ainda não adotadas: Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas. Aquelas que podem ser relevantes para o Grupo estão mencionadas abaixo. O Grupo não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

a. IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2010), IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2009)

O IFRS 9 (2009) introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros. Sob IFRS 9 (2009) ativos financeiros são classificados e mensurados baseado no modelo de negócio no qual eles são mantidos e as características de seus fluxos de caixa contratuais. IFRS 9 (2010) introduz adições em relação aos passivos financeiros. O IASB atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos requerimentos de classificação e mensuração do IFRS 9 e adicionar novos requerimentos para endereçar a perda por redução ao valor recuperação de ativos financeiros e contabilidade de hedge. O IFRS 9 (2010 e 2009) é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015. A adoção do IFRS 9 (2010) deve causar um impacto nos ativos financeiros do Grupo, mas não devem impactar os seus passivos financeiros.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes, correspondentes a esta norma.

b. Alteração do IAS 32 - Instrumentos financeiros: Apresentação - Essa alteração foi emitida para esclarecer os requerimentos de compensação de instrumentos financeiros no balanço patrimonial. Norma efetiva a partir de 1º de Janeiro de 2014, com aplicação retrospectiva.

c. IAS 36 - Redução ao valor recuperável dos ativos - A recente alteração dessa norma introduz requerimentos de divulgações da mensuração dos valores recuperáveis dos ativos, em decorrência da emissão do IFRS 13 (mensuração e divulgação do valor justo). Terá efetividade a partir de 1º de janeiro de 2014, e a sua adoção antecipada foi permitida pelo IASB. Algum impacto, ainda não avaliado pela Companhia, poderá estar relacionado com a divulgação do valor recuperável e da metodologia de mensuração.

d. IAS 39 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração - A alteração permite a continuação de Hedge Accounting, mesmo que um derivativo seja transferido para uma Clearing (Câmara de compensação e liquidação), dentro de certas condições. Será efetiva a partir de 1º de Janeiro de 2014.

e. IAS 19 (R1) - Benefícios a empregados - a Companhia deve considerar a contribuição dos empregados e de terceiros na contabilização de planos de benefícios definidos. Deverá ser aplicada para os exercícios iniciados após 1º de Julho de 2014 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os impactos decorrentes da adoção dessa alteração ainda não foram avaliados pela Companhia.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2013	2012
Bancos	1.605	510
Aplicações de Liquidez imediata	9.070	2.387
	10.675	2.897

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósito bancário, remunerados pela variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data do balanço. Os valores de aplicação apresentados estão líquidos de IRRF, que é devido somente no resgate, mesmo que parcial, da aplicação financeira. A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros estão divulgados na nota explicativa 30.

5. INVESTIMENTOS FINANCEIROS - CAUÇÕES DE FORNECEDORES

	2013	2012
Cauções de fornecedores	287	529
	287	529

As aplicações financeiras correspondem a valores de garantia de prestação de serviços e entrega de materiais contratados com fornecedores através de processos licitatórios, conforme Lei 8.666/93.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros estão divulgados na nota explicativa 30.

6. CONTAS A RECEBER

Circulante	2013	2012
Contas a receber de clientes	39.956	36.899
Renegociação de contas a receber	5.875	5.113
Clientes - acordos judiciais	109	108
(-) Contas a receber de clientes em perdas	(17.406)	(14.512)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(7.152)	(3.277)
Contas a receber de clientes - circulante	21.382	24.330
Não Circulante	2013	2012
Renegociação de contas a receber	1.111	1.077
Clientes - acordos judiciais	247	340
Contas a receber de clientes - circulante	1.358	1.417

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimentos:

	2013	2012
Créditos a vencer	18.809	17.941
Créditos em atraso de 1 mês	3.317	2.699
Créditos em atraso acima de 01 mês até 3 meses	2.511	2.520
Créditos em atraso acima de 03 meses até 6 meses	840	823
Créditos em atraso acima de 6 meses até 12 meses	2.273	3.042
Créditos em atraso acima de 12 meses	19.548	16.512
Total	47.298	43.537

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e baixas para perdas estão demonstradas a seguir:

Saldo em 1º de janeiro de 2012	(18.802)
Créditos provisionados no exercício	(5.103)
Créditos baixados no exercício	6.116
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(17.789)
Créditos provisionados no exercício	(11.173)
Créditos baixados no exercício	4.404
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(24.558)

7. ESTOQUES

	2013	2012
Almoxarifados	10.882	5.654
	10.882	5.654

A Companhia registra os itens de estoque pelo seu valor líquido dos impostos indiretos (PIS/COFINS) controlando estes impostos em contas específicas de compensação e impostos a pagar. O Aumento do valor da conta Estoques de 2012 para 2013 refere-se à compra materiais para obras de redes de água e esgoto.

Os itens de estoque de valores relevantes se referem a obras conforme quadro abaixo apresentado:

DESCRIÇÃO	(%)	APLICAÇÃO
Tubo pb fo.fo. 400 mm x 6.00 m je c/a.b. Nbr 7675	14,99%	Extensão rede de água rio acima
Tubo pb fo.fo. 300 mm x 6.00 m k7 je2gs nbr 7675	12,24%	Extensão rede de água rio acima
Tubo pvc coletor ocre 300 mm je c/a.b. Nbr 7362	5,37%	Extensão interceptor fazenda iaporanga
Medidor de vazao com flanges 100 mm	3,52%	Projeto controle perdas
Medidor de vazao com flanges 50 mm	3,07%	Projeto controle perdas
Tubo pvc coletor ocre 400 mm je c/a.b. Nbr 7362	3,06%	Extensão interceptor fazenda iaporanga
Tubo pb fo.fo. 150 mm x 6.00 m k7 je2gs nbr 7675	3,00%	Remanejamento rede de água 20 km
Medidor de vazao com flanges 80 mm	2,15%	Projeto controle perdas
Medidor de vazao com flanges 150 mm	1,50%	Projeto controle perdas
Tubo pb fo.fo. 100 mm x 6.00 m k7 je2gs nbr 7675	1,44%	Remanejamento rede de água 20 km
Tubo pb c- prfv defofo 1000 mm jei nbr 15536	1,29%	Sobra de obra interceptor rio Jundiá mirim - represa
Válvula borboleta fo.fo. 1200 mm	1,27%	Reforço abastecimento de água r4 - r5
Tubo pb fo.fo. 200 mm x 6.00 m k7 je2gs nbr 7675	1,18%	Extensões rede de água estrada da roseira e R. Rangel pestana
Medidor de vazao tipo eletromagnético 100 mm	1,17%	Projeto controle perdas
Tubo pba pvc cl 20 6m - dn100 / de110 mm jei nbr 5647	1,04%	Remanejamento rede de água 20 km
	56,29%	

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	2013	2012
IRRF sobre aplicação financeira a resgatar	16	4
PIS / COFINS sobre imobilizado CP	782	839
PIS / COFINS sobre imobilizado LP	253	329
IRPJ a compensar	-	432
Impostos retidos a compensar	-	213
Outros	-	193
	1.051	2.010
Ativo circulante	798	1.681
Ativo não circulante	253	329

9. ATIVO FISCAL DIFERIDO

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos	2013				2012
	Base	IRPJ 25%	CSLL 9%	Total	Total
Diferenças temporárias na apuração do resultado tributável					
Provisão para devedores duvidosos	7.151	1.788	644	2.431	1.114
Contingências civis	3.596	899	324	1.223	1.091
Contingências trabalhistas	761	190	68	259	765
Ativos fiscais diferido	11.508	2.877	1.036	3.913	2.970

O efeito do imposto diferido no resultado de 2013 é de R\$ 943 (R\$ 832 em 2012).

10. INVESTIMENTOS

Trata-se de bens que não se destinam à atividade fim da Companhia. Os imóveis foram construídos para abrigar as famílias que estavam em uma área onde foi construída a represa. O terreno para a construção foi doado pela Prefeitura municipal de Jundiá (ver nota 19). O imóvel foi registrado pelo valor justo do terreno acrescido dos valores de custo da obra de construção.

	2013	2012
Imóveis	3.273	3.273
Obras de arte	32	32
	3.305	3.305

11. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Composição do imobilizado / intangível	Custo de aquisição 31/12/2013	Depreciação Acum. 31/12/13	Líquido 2013	Líquido 2012	Imobilizado / intangível de uso
Terrenos	26.028	-	26.028	26.028	Terrenos
Construções civis e benfeitorias	63.140	(23.138)	40.002	37.529	Construções civis e benfeitorias
Sistema de abastecimento de água e esgoto	165.056	(50.877)	114.180	116.668	Sistema de abastecimento de água e esgoto
Máquinas e equipamentos	15.595	(11.379)	4.216	4.319	Máquinas e equipamentos
Móveis e utensílios, equipamentos de informática	4.059	(2.689)	1.370	1.514	Móveis e utensílios, equipamentos de informática
Veículos	5.378	(4.758)	620	975	Veículos
Imobilizado em andamento	37.472	-	37.472	35.695	Imobilizado em andamento
Softwares	1.248	(1.024)	223	278	Softwares
Total	317.975	(93.864)	224.112	223.006	Total

A Companhia aproveita o crédito referente ao PIS e COFINS de acordo com a IN 457/2004.

As taxas de depreciação usadas no exercício de 2013 e 2012 foram as seguintes:

TAXAS DE DEPRECIÇÃO / AMORTIZAÇÃO

Construções civis e benfeitorias	4%
Sistema de abastecimento de água e esgoto	4%
Máquinas e equipamentos	8%
Móveis e utensílios	10%
Equipamento de informática	20%
Veículos de passeio e carga	20%
Veículos especiais	25%
Tratores	25%
Motocicletas	25%
Softwares	20%

As taxas de depreciação para bens de construção civil, redes de distribuição de água e redes de coleta e afastamento de esgoto são de 4% ao ano, portanto a vida útil dos bens é considerada 25 anos.

Bens em Construção: o total investido em projetos, obras e imobilizações técnicas no exercício de 2013 foi de R\$ 11.752 (R\$ 28.778 em 2012). Desse montante, destacam-se as obras em andamento: a) Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) no Bairro dos Fernandez, R\$ 1.036 em 2013; b) Sistemas de esgotamento sanitário diversos, R\$ 2.035 em 2013; c) Extensões e remanejamento de redes e adutoras de água, com destaque para o reforço no abastecimento do reservatório da Vila Progresso, R\$ 2.317 em 2013, e construção de adutora de água bruta no distrito industrial, R\$ 1.225 em 2013;

Provisão para redução ao valor recuperável: foi desenvolvido um relatório de teste de recuperabilidade da unidade geradora de caixa, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 01 sobre Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Considerando a natureza da área de atuação da Companhia ser de serviço público essencial e as decisões de investimentos estarem ligadas a responsabilidades de ordem social e ambiental, foram definidos como unidade geradora de caixa os serviços públicos de água e esgoto, que apresentou margem bruta positiva. O fator principal que faz com que o controle gerencial da Companhia seja o conjunto das atividades de água e de esgoto é a existência de subsídio cruzado na prestação de serviços de fornecimento de água, coleta, afastamento e tratamento de esgoto. A Companhia não administra os resultados operacionais de água e esgoto separadamente, ou tenha informação financeira individualizada disponível.

Teste de impairment: Com o advento da Lei 11.638/07 e a divulgação dos novos pronunciamentos contábeis - CPC's - a serem aplicados nas demonstrações contábeis a partir de Janeiro de 2010, a administração da Companhia, com vistas a transparência de suas informações, desenvolveu estudo sobre o valor recuperável dos ativos totais. A metodologia aplicada para a avaliação dos ativos totais baseou-se nos fluxos de caixa descontados a valor presente. Este estudo indica um valor recuperável de ativos superior ao valor contábil em 31 de dezembro de 2013, R\$ 416.594 no teste de impairment contra R\$ 224.112 no valor contábil. Portanto nenhum ajuste foi efetuado nas escrituras contábeis do exercício 2013.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - CURTO PRAZO			
Instituição	2013	2012	Taxa de juros a.a.
Caixa Econômica Federal - 183.011-73/07	1.056	1.018	6,00%
Caixa Econômica Federal - 183.014-04/06	201	198	8,00%
Total	1.257	1.216	

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - LONGO PRAZO			
Instituição	2013	2012	
Caixa Econômica Federal - 183.011-73/07	9.164	9.799	
Caixa Econômica Federal - 183.014-04/06	771	950	
Total	9.935	10.749	

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - VENCIMENTOS POR EXERCÍCIO				
Instituição	2015	2016 a 2017	2018	2019 a 2023
Caixa Econômica Federal - 183.011-73/07	1.018	2.036	1.018	5.091
Caixa Econômica Federal - 183.014-04/06	197	394	181	-
Total	1.215	2.430	1.199	5.091

Financiamentos: Os financiamentos representam as fontes de recursos, obtidos junto às instituições financeiras oficiais, para obras de ampliação e melhoria dos sistemas de água e esgoto. Esses contratos de financiamentos foram captados juntos a CEF, que possuem cláusula de vencimento antecipado/rescisão caso os itens em contrato não sejam cumpridos. São exemplos de itens que podem resultar em vencimento antecipado/rescisão:

a. Inadimplemento de qualquer das obrigações estipuladas no contrato;
b. Modificação do projeto sem prévio aviso e expresso consentimento da CEF;

c. Deixar de concluir a obra no prazo contratual.
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a Companhia atendeu todas as cláusulas restritivas previstas nos contratos.

13. FORNECEDORES

	2013	2012
Materiais – operação	177	293
Serviços – operação	250	448
Compras para estoque	385	447
Despesas administrativas	141	393
Energia elétrica	712	722
Benefícios a funcionários	431	143
Compra para ativo imobilizado	47	317
Outros	94	180
	2.237	2.943

14. CONCESSIONÁRIA DE TRATAMENTO DE ESGOTO

Refere-se ao montante devido à Companhia Saneamento de Jundiá a título de repasse de 95% dos valores medidos pela Companhia de acordo com a tarifa referencial de serviço, relativo ao tratamento de esgoto no Município de Jundiá, o contrato tem prazo de validade até 18/01/2026 e dentre os principais obrigações estão: a) Regularizar, orientar, coordenar e supervisionar sob aspecto técnico, operacional, contábil e legal, a execução das obras e serviços da Concessão, podendo contar para o melhor exercício destas atividades com a colaboração dos usuários; b) exercer a fiscalização e acompanhar os serviços de controle de qualidade e da execução das obras e serviços, organizados e operados pelo Concessionário, de modo que o sistema se mantenha sempre adequado aos interesses das partes e dos usuários; c) conhecer e acompanhar o desempenho do Concessionário através de auditorias, inspeções, relatórios e balanços periódicos.

	Líquido 2012	Deprec./amort. 2013	Aquisição/baixas 2013	Transf. 2013	Líquido 2013
Terrenos	26.028	-	-	-	26.028
Construções civis e benfeitorias	37.529	(2.382)	-	-	40.002
Sistema de abastecimento de água e esgoto	116.668	(6.517)	-	-	114.180
Máquinas e equipamentos	4.319	(673)	388	(4)	4.221
Móveis e utensílios, equipamentos de informática	1.514	(384)	241	-	1.366
Veículos	975	(365)	11	-	621
Imobilizado em andamento	35.695	-	11.752	(905)	37.472
Softwares	278	(106)	53	-	225
Total	223.006	(10.427)	12.445	(909)	224.115

	2013	2012
Cia. Saneam. de Jundiá - CSJ	4.140	3.867
	4.140	3.867

15. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	2013	2012
PIS	162	144
COFINS	746	662
IRPJ	94	0
CSLL	118	74
Retenções sobre serviços de terceiros	146	274
Outros	1	39
	1.267	1.193

16. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E ENCARGOS SOCIAIS

	2013	2012
INSS a recolher	446	481
FGTS a recolher	146	193
IRRF sobre salários a recolher	195	214
Provisões de férias	3.692	3.103
Outros	37	13
	4.516	4.004

17. ADIANTAMENTO DE CLIENTES - "PROJETO CERJU"

Refere-se ao valor devido às indústrias do Município de Jundiá, decorrente do contrato de participação no projeto CERJU - Comitê de Recuperação da Bacia do Rio Jundiá. O "Projeto CERJU" foi elaborado através de esforço integrado do Município de Jundiá, do Governo do Estado de São Paulo e da iniciativa privada local. Às indústrias que participaram do projeto com investimentos, foi garantido um abatimento em suas contas futuras de água e esgoto igual à quantidade investida, através de descontos a serem concedidos nas contas de tarifas de serviços de água e esgoto pelo prazo de 10 anos, a partir de outubro de 1998, aplicando-se sobre o montante total o percentual de 4,8% a.a. nos dois primeiros anos e 11,3% a.a. nos oito anos restantes. O montante adiantado também é atualizado de acordo com o índice de reajuste de tarifa de água e esgoto, estabelecido pelo Município. Os valores representados em longo prazo refere-se às empresas credoras que não estão consumindo água tratada para poder a Companhia conceder o abatimento em suas contas, ou ainda por fazerem parte da massa falida.

	2013	2012
Ativo circulante	298	334
Não Circulante	6.500	6.500

18. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2013	2012
Adiantamento de clientes (i)	1.719	1.352
Restituições a clientes	4	3
Indenizações por danos a pagar	57	-
	1.780	1.355

(i) Os Adiantamentos de clientes referem-se a valores pagos em duplicidades ou indevidamente por clientes ou ainda valores de depósitos em conta não identificados.

19. CRÉDITO VINCULADO - PARQUE DOS INGÁS

A Companhia recebeu da acionista controladora Prefeitura Municipal de Jundiá, no exercício de 2008, terreno no valor justo de R\$ 1.147, que contabilizou, juntamente com o valor aplicado nas obras realizadas até o final do exercício, no grupo de Investimentos, no ativo não circulante, por não serem destinados à exploração da atividade operacional (nota 10). A contrapartida da conta de investimentos, somente no valor do terreno, correspondeu à conta de reserva para aumento de capital, no patrimônio líquido. No exercício de 2009 o valor desse terreno foi transferido da conta de Patrimônio Líquido para o passivo não circulante, "Obrigações Parque dos Ingás", por haver cláusula de obrigação na escritura de doação.

20. RECURSOS DE TERCEIROS PARA INVESTIMENTOS

Os recursos no montante total de R\$ 1.636 (R\$ 1.039 em 2012) refere-se a recursos obtidos da FEHIDRO - Fundo Estadual de Recursos Hídricos para a construção das obras Estação de Tratamento de Esgoto - São José no valor de R\$ 512 (R\$ 512 em 2012), e Estação de Tratamento de Esgoto - Fernandez no valor de R\$ 893 (R\$ 296 em 2012). Estes valores são alocados em passivo não-circulante por haver cláusula de obrigação nos contratos.

Além deste, existem recursos obtidos através do consórcio PCJ - Consórcio das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá para a execução do Interceptor para Despoluição do Rio Capivari, no valor de R\$ 231 (R\$ 231 em 2012).

21. PROVISÃO PARA PROCESSOS JUDICIAIS

A Companhia possui diversos processos judiciais em andamento, de natureza fiscal, cível e trabalhista, para os quais apresentou defesa administrativa ou judicial.

	MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES		
	Cíveis, administrativas e Tributárias	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	4.910	2.248	7.158
Constituição	387	-	387
Baixas/reversão	-	(1.487)	(1.487)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	5.296	761	6.057
Saldos líquidos de depósitos judiciais	5.296	661	5.957

MOVIMENTAÇÃO DOS DEPÓSITOS JUDICIAIS

	MOVIMENTAÇÃO DOS DEPÓSITOS JUDICIAIS		
	Desapropriações e Outras	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.297	326	2.623
Constituição	1	136	137
Baixas/reversão	-	(154)	(54)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	2.298	308	2.606

O montante da provisão para contingências tributárias é constituído principalmente por um auto de infração referente a COFINS sobre receitas de tratamento de esgoto no ano de 2003, que soma R\$1.700. As contingências cíveis são constituídas por processos de ressarcimento de danos que somam R\$ 3.382.

Na opinião dos nossos assessores jurídicos a Companhia possui o montante de R\$ 3.248 (R\$ 4.927 em 2012), em processos cíveis e trabalhistas avaliados com risco de perda possível. Os processos relevantes nesta categoria se referem à ressarcimentos por danos causados em imóveis, sendo que o valor atualizado desses processos em 31 de dezembro de 2013 é de R\$1.142. Os processos trabalhistas avaliados com risco de perda possível são pulverizados e somam R\$1.125. A Administração da Companhia entende não haver riscos significativos futuros que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas demonstrações financeiras.

	Líquido 2012	Deprec./amort. 2013	Aquisição/baixas 2013	Transf. 2013	Líquido 2013
Terrenos	26.028	-	-	-	26.028
Construções civis e benfeitorias	37.529	(2.382)	-	-	40.002
Sistema de abastecimento de água e esgoto	116.668	(6.517)	-	-	114.180
Máquinas e equipamentos	4.319	(673)	388	(4)	4.221
Móveis e utensílios, equipamentos de informática	1.514	(384)	241	-	1.366
Veículos	975	(365)	11	-	621
Imobilizado em andamento	35.695	-	11.752	(905)	37.472
Softwares	278	(106)	53	-	225
Total	223.006	(10.427)	12.445	(909)	224.115

As contingências ativas cíveis com possíveis recebimentos somam a quantia de R\$ 12.111 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 5.941 em 2012).

22. PARTES RELACIONADAS

Controladora e parte controladora final: A Controladora direta e final da Companhia é a Prefeitura Municipal de Jundiá.

Remuneração de pessoal-chave da administração: O pessoal chave da administração incluindo diretores tem a seguinte remuneração paga ou a pagar por serviços prestados:

	2013	2012
Remuneração contratada	1.414	1.222
	1.414	1.222

Os saldos com partes relacionadas são decorrentes de saldo de folha de pagamento de pessoal da Prefeitura atuando na Companhia conforme Lei Municipal 5.308/99 publicada em função da transformação da autarquia em sociedade anônima.

PASSIVO	2013	2012
Obrigações folha de pagamento PMJ	470	493
	470	493

CUSTOS E DESPESAS	2013	2012
Custo com pessoal PMJ	10.123	10.063
Despesas com pessoal PMJ	9.644	9.129
	19.767	19.192

A Companhia presta serviços de fornecimento de água, coleta, afastamento e tratamento de esgoto para a sua controladora a Prefeitura Municipal de Jundiá (PMJ) e economias próprias municipais, que compreendem os imóveis de propriedade ou ocupados pela PMJ, por suas autarquias e fundações públicas por ela criadas e mantidas. Conforme lei municipal no. 1.637, de 03 de novembro de 1969, e alterações pela lei municipal no. 2.062, de 25 de abril de 1974, estes serviços são isentos de tarifa. Os valores destes serviços representam R\$ 13.803 no exercício de 2013 (R\$ 10.352 em 2012).

Adicionalmente, a Companhia tem isenção no pagamento de IPTU (Imposto sobre propriedade territorial urbana) nos imóveis de sua propriedade, que seriam devido à sua controladora.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social: Capital Social Autorizado importa R\$ 250.000, dos quais R\$ 207.715 encontram-se subscritos e integralizados no final dos exercícios de 2013 e 2012, sendo representadas por 80.937.712 ações ordinárias e 126.777.267 ações preferenciais nominativas de valor nominal R\$ 1,00 (um real).

RESERVAS DE LUCROS	
Reserva legal	1.569
Reserva de lucros a destinar	29.509
	31.078

Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de lucros: A reserva de lucros a destinar está composta do lucro líquido do exercício somados a lucros de exercícios anteriores que serão destinados posteriormente para aumento de capital social ou distribuição de dividendos, a destinação da reserva de lucros é aprovada pela sua controladora a Prefeitura Municipal de Jundiá.

24. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	2013	2012
Receita Operacional Bruta	203.888	190.540
Receitas de serviços	20	

27. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	2013	2012
Reversão de baixas para perdas	999	2.127
Doações de Incentivo à cultura	(100)	(115)
Sentenças judiciais	(1.293)	(821)
Outros	183	277
	(211)	1.468

28. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	2013	2012
Receitas financeiras:		
Juros pagos ou incorridos	722	782
Despesas bancárias	412	431
Atualização monetária das obrigações	66	538
Outros	26	51
	1.226	1.802
Despesas financeiras:		
Juros recebidos ou auferidos	(1.584)	(1.555)
Receitas de aplicações financeiras	(301)	(985)
Receita de Multas por atraso de pagamentos	(555)	(481)
Outras	(80)	(90)
	(2.520)	(3.111)
Resultado financeiro, líquido	1.294	1.309

29. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação dos montantes de imposto de renda e contribuição social registrados no resultado dos exercícios de 2013 e de 2012

	2013		2012	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro do exercício antes dos impostos	20.670	22.580	9.812	11.636
(+/-) Adições e exclusões ao lucro tributável (LAIR)	505	(1.311)	10.375	8.633
Base de cálculo	21.175	21.269	20.283	20.269
Alíquota aplicável	25%	9%	25%	9%
	5.294	1.914	5.047	1.824

Crédito fiscal apurado

Compensações (Lei Rouanet e Retenções)	(111)	-	(122)	-
Total do imposto de renda e contribuição social correntes	5.183	1.914	4.925	1.824
Total do imposto de renda e contribuição social correntes		7.097		6.749

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia tem exposição aos seguintes riscos:

- Riscos de crédito
- Risco de liquidez
- Risco operacional

Risco de crédito: Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. O total da exposição da Companhia sobre o risco de crédito, no valor de R\$ 47.297 em 2013 e R\$ 43.536 em 2012. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, em 31 de dezembro de 2013, era de R\$ 7.151, representando 15% do saldo de contas a receber em aberto. Já em 31 de dezembro de 2012, esta provisão era de R\$ 3.277, equivalentes a 7,5%. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras sólidas.

Risco de liquidez: Decorre da administração do capital próprio e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos, e financiamentos.

Na nota explicativa 12 apresenta o cronograma de amortização dos passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixa de vencimentos, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento, a valor nominal.

Risco de taxas de juros: Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros: A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações, empréstimos e financiamentos. A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, no caso os empréstimos e financiamentos. Nos quadros abaixo são considerados três cenários de taxas de juros com os respectivos impactos nos resultados. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações das taxas de juros dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos.

Foram apresentados ainda mais dois cenários com apreciação e deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros - apreciação das taxas - efeito anual no resultado

Instrumentos	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 31/12/2012	Cenário Provável %	Valor	Elevação do índice em 25%		Elevação do índice em 50%	
						%	Valor	%	Valor
Instrumentos financeiros passivos	11.192	variação UPR	6,18	6,18	692	7,73	865	9,27	1.038

Risco de taxa de juros sobre financeiros - depreciação das taxas efeito anual no resultado

Instrumentos	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 31/12/2012	Cenário Provável %	Valor	Elevação do índice em 25%		Elevação do índice em 50%	
						%	Valor	%	Valor
Instrumentos financeiros passivos	11.192	variação UPR	6,18	6,18	692	4,64	519	3,09	346

Fonte: UPR - Caixa Econômica Federal

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Classificação dos Instrumentos Financeiros: A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	31 DE DEZEMBRO DE 2013			
	Valor Justo através do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes	10.675	-	-	10.675
Contas a receber de clientes	-	22.741	-	22.741
Outros recebíveis	-	1.460	-	1.460
Passivo				
Financiamentos	-	-	11.192	11.192
Fornecedores	-	-	2.237	2.237
Outros passivos	-	-	12.753	12.753
Outros passivos não circulantes	-	-	6.500	6.500
Total	10.675	24.201	32.682	67.558
	31 DE DEZEMBRO DE 2013			
	Valor Justo através do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes	2.897	-	-	2.897
Contas a receber de clientes	-	25.747	-	25.747
Outros recebíveis	-	2.567	-	2.567
Passivo				
Financiamentos	-	-	11.965	11.965
Fornecedores	-	-	2.943	2.943
Outros passivos	-	-	11.800	11.800
Outros passivos não circulantes	-	-	6.500	6.500
Total	2.897	28.314	33.208	64.419

Valores estimados de mercado: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas daquele ativo ou passivo. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 para os instrumentos financeiros do grupo de "Empréstimos e Recebíveis", que abrangem principalmente contas a receber e partes relacionadas, bem como para o grupo de Passivo a Custo Amortizado que abrange principalmente, fornecedores, outros passivos e partes relacionadas da Companhia, valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo e conforme item 29 do CPC 40 (R1) para estes casos as divulgações de valor justo não são exigidas.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

AOS ADMINISTRADORES E ACIONISTAS DA DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO JUNDIAÍ - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da DAE S.A. - Água e Esgoto ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras: Anteriormente, as práticas contábeis adotadas no Brasil consideravam como aceitáveis as taxas de depreciação fiscais a serem utilizadas para fins contábeis. Com o advento da lei 11.638/07 e a emissão do pronunciamento técnico contábil CPC 27 - Ativo Imobili-

lizado, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e sua interpretação ICPC 10, as Empresas foram requeridas a calcular e registrar a depreciação de acordo com a expectativa de vida útil dos ativos imobilizados, sendo que os efeitos dessa revisão de vida útil deveriam ter sido ajustados de forma prospectiva a partir de 01 de janeiro de 2010. Contudo, até a conclusão de nossos trabalhos a Administração ainda não havia concluído a análise dos possíveis impactos decorrentes da aplicação desse procedimento contábil referente a rubrica "Imobilizado e Intangível". Consequentemente, não foi possível satisfazer-nos, por meio de outros procedimentos de auditoria, caso a Companhia tivesse revisado a vida útil de seus ativos imobilizado e intangível, dos eventuais efeitos, sobre o saldo de depreciação acumulada registrados no ativo não circulante, conforme demonstrado na nota explicativa 11, no valor de R\$ 93.861 mil, e da despesa de depreciação registrada no resultado do exercício no valor de R\$ 9.677 mil.

Conforme nota explicativa 17, em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía um montante de R\$ 6.500 mil referente a contas a pagar do projeto CERJU, classificados no passivo não circulante, referentes a valores recebidos de indústrias do Município de Jundiaí anteriores ao ano de 1996 que seriam liquidados de acordo com o consumo de serviços oferecidos pela Companhia ao longo dos anos. No entanto, entre os valores recebidos, existem recebimentos de Empresas que podem estar com a dívida prescrita de acordo com a legislação vigente e, portanto, não atende ao critério contábil de passivo. A administração da Companhia está em processo de análise dos valores devidos junto a estas Empresas, de acordo com os documentos suportes e legislação vigente. No entanto, até a conclusão de nossos trabalhos esta análise não havia sido finalizada. Consequentemente, não nos foi possível concluir sobre a adequação do montante registrado nesta rubrica, por meio de nossos procedimentos de auditoria.

Conforme nota explicativa 22, a Companhia presta serviços de fornecimento de água, coleta, afastamento e tratamento de esgoto para a sua controladora a Prefeitura Municipal de Jundiaí (PMJ) e economias próprias municipais, que compreendem os imóveis de propriedade ou ocupados pela PMJ, por suas autarquias e fundações públicas por ela criadas e mantidas. Conforme lei municipal no. 1.637, de 03 de novembro de 1969, e alterações pela lei municipal no. 2.062, de 25 de abril de 1974, estes serviços são isentos de tarifa e não compõem a receita tributável da Companhia. No entanto, não identificamos legislação específica que isente a tributação ou ampare a dedutibilidade dos custos correspondentes a estes serviços da base do imposto de renda, contribuição social, do PIS e da COFINS. A Administração da Companhia não tem uma análise e opinião legal sobre o eventual risco de contingência fiscal envolvido nestas operações. Consequentemente, não nos foi pos-

Para determinação do valor justo dos empréstimos e financiamentos, a Companhia utilizou taxas de juros para descontar fluxos de caixa estimados, quando aplicável, baseadas na curva do CDI no final do período de relatório, e considera o cálculo como nível 2 de acordo com a hierarquia de valor justo descrita abaixo. O valor justo dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 5.712 mil (R\$ 11.192 a valor contábil).

Hierarquia de valor justo: A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação, conforme CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros - Evidenciação, nº 27A.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	31 DE DEZEMBRO DE 2013			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes	-	10.675	-	10.675
Total	-	10.675	-	10.675
	31 DE DEZEMBRO DE 2013			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes	-	2.897	-	2.897
Total	-	2.897	-	2.897

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 01 de janeiro de 2014 as tarifas de água e esgoto foram reajustadas em 5,6886% em relação as tarifas praticadas em 2013, conforme aprovado nos Decretos 24.721/13 e 24.722 que foram publicados em 29 de novembro de 2013, este aumento de tarifa tem impacto na receita líquida durante o exercício de 2014.

	*	*	*
DIRETORIA			
JAMIL YATIM			
Diretor Presidente			
WELINGTON CEZAR XAVIER			
Diretor Superintendente			
MAURÍCIO A. G. SANTOS PEREIRA			
Diretor Financeiro			
RESPONSÁVEL TÉCNICO			
LIDIANE CRISTINA PUPO SANTOS			
Contadora - CRC 1SP243864/O-9			

sível concluir sobre a eventual contingência, se houver, com base em nossos procedimentos de auditoria.

A receita de serviços é reconhecida pela Companhia considerado o período de medição mensal de cada cliente, que é a base para as emissões das faturas e consequente registro contábil da receita de vendas. Entretanto, existem serviços prestados pela Companhia até o final de cada mês que as faturas ainda não foram emitidas e para o qual não há registro contábil por competência das receitas prestadas e ainda não faturas, bem como não há provisão dos custos de serviços prestados pelo fornecedor de tratamento de esgoto e que ainda não foram registrados contabilmente, bem como os reflexos fiscais da falta destes registros. Portanto, o saldo de contas a receber no ativo circulante está reduzido em aproximadamente R\$ 8.595 mil, o saldo de Fornecedores e Provisão para imposto de renda e contribuição social diferido no passivo circulante está reduzido em aproximadamente R\$ 1.109 mil e R\$ 2.546 mil, respectivamente, o resultado do exercício está diminuído em aproximadamente R\$ 300 mil e o Patrimônio líquido está reduzido em aproximadamente R\$ 4.940 mil em decorrência da falta do registro contábil destas transações.

Opinião com ressalva: Em nossa opinião, exceto pelos possíveis ajustes, se houver, dos assuntos mencionados nos parágrafos 6 à 8, e pelos ajustes mencionados no parágrafo 9 da base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da DAE S.A. - Água e Esgoto em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

ÊNFASE: Operações com partes relacionadas: Sem ressalva nossa opinião, conforme demonstrado na nota explicativa 22, a Companhia tem transações com partes relacionadas em condições específicas conforme Lei Municipal e acordo entre as partes, para as quais caso estas operações fossem praticadas em condições de mercado o resultado das operações da Companhia poderia ser diferente.

OUTROS ASSUNTOS: Saldos comparativos: As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram sua opinião, sem modificações, datado em 25 de fevereiro de 2013, sobre essas demonstrações contábeis.

Campinas, 17 de abril de 2014

KPMG AUDITORES INDEPENDENTES
CRC 2SP014428/O-6

JEAN PARASKEVOPOULOS NETO
Contador CRC 1SP193052/O-0